



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.460.783/0001-40 DUNS®: 899685889
Razão Social: BSB LOCADORA DE VEICULOS LTDA
Nome Fantasia: BSB LOCADORA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 70023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS
Data Aplicação: 27/01/2023
Número do Processo: 22.0.000018900-0 Número do Contrato: CT 37/2022
Descrição/Justificativa: O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás aplicou à empresa BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA a penalidade de advertência, nos termos do inciso I c/c § 1, alínea "a" da Cláusula Décima Segunda, do Contrato TRE/GO nº 37/2022 bem como do art. 87, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 70023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS
Data Aplicação: 27/01/2023
Número do Processo: 22.0.000018911-5 Número do Contrato: CT 37/2022
Descrição/Justificativa: O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás aplicou à empresa BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA a penalidade de advertência, nos termos do inciso I c/c § 1, alínea "a" da Cláusula Décima Segunda, do Contrato TRE/GO nº 37/2022 bem como do art. 87, inciso I, da Lei nº 8.666/93, em razão da inexecução parcial dos serviços prestados no 2º turno de votação - Eleições 2022.

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	70027 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/TO		
Data Aplicação:	08/02/2021	Valor da Multa:	R\$ 15.143,29
Número do Processo:	0018188-43-2020	Número do Contrato:	34/2020
Descrição/Justificativa:	<p>Recurso contra penalidade de multa de 10% sobre o valor do Contrato nº 34/2020, pela inexecução parcial do objeto, em conjunto com o atraso no cumprimento da obrigação (art. 87 da Lei 8666/93 e nos termos do Contrato). Recebo o Recurso, indefiro e mantenho a penalidade de multa compensatória de 10% sobre o valor do Contrato, que corresponde a R\$ 15.143,29. 50. E, perante pedido de reconsideração, comprova-se que não houve omissão na decisão combatida, rejeito o pedido de reconsideração, mantendo a Decisão em sua íntegra.</p> <p>Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier Presidente TRE/TO</p>		